

**Projeto de Lei nº de 2003.  
( Do Senhor Coronel Alves)**

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º Esta lei altera o art. 9º da lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 2º O art. 9º da lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....:

.....

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e V do art. 2º ou situação em que a interrupção do contrato inviabilize a atividade, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificativa**

Este projeto visa corrigir uma situação que vem causando muito prejuízo ao povo da região amazônica, pois ao contratar pessoas, nos termos desta lei, o governo desloca os contratados até o local da obra ou serviço, porém os meios de transporte são precários e sujeitos ao clima da região e as águas.

Em muitos casos o transporte torna-se impossível e quando os trabalhadores chegam até o local os materiais ainda não chegaram e se chegaram, o clima instável torna o início da obra inviável.

Acrescenta-se que a mão de obra é escassa e o impedimento de nova contratação traz um prejuízo incalculável para o serviço e para toda a sociedade.

Ressalta-se que em cada caso terá que ter autorização prévia para a recontração, portanto, não será ao livre arbítrio da autoridade responsável pela obra ou serviço.

Temos a certeza que os nobres pares aperfeiçoarão esta proposição e no final a aprovarão para o pleno desenvolvimento de toda a região amazônica.

Sala das Sessões, em            de            de 2003.

**Deputado Coronel Alves  
PL\_AP**